



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
E CORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo
25 e segunda-feira 26 de janeiro de 2015

Riachão do Dantas sofre intervenção judicial

A juíza de Direito Lívia Santos Ribeiro determinou a destituição da diretoria e o bloqueio das contas da Associação Comunitária Beneficente Dona Caçula, localizada no município sergipano de Riachão do Dantas, nomeou uma interventora e oficiou ao cartório competente para que não proceda a qualquer alteração estatutária da Associação. A decisão da magistrada ocorreu no dia 19.

De acordo com os autos da Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pela promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral, ficou comprovado que a Associação existe para atender interesses políticos e eleitoreiros, com fortes indícios de utilização indevida e até desvio de verbas públicas. Além disso, por conta do desaparecimento de equipamentos e materiais adquiridos através de verbas públicas, a Associação está sendo investigada pela Polícia Federal.

Ainda de acordo com a ACP, há fortes indícios de desvio de funções na entidade, agravados pelo fato de o atual gestor sequer saber responder informações básicas sobre a Associação. Segundo o Ministério Público (MP), tal fato demonstra que a instituição é conduzida por pessoas ligadas ao Poder Executivo Municipal de Riachão do Dantas, bem como do

Poder legislativo Estadual.

“Diante das declarações dadas pelo atual gestor, é possível notar fortes indícios de que a Associação Dona Caçula estaria praticando atividades incompatíveis com a finalidade para a qual foi criada, atendendo interesses particulares”, afirmou a juíza na decisão.

• Outro fato

Além da intervenção judicial sofrida, foi instalada a Comissão de Monitoramento Institucional com o objetivo de cumprir a primeira atividade do cronograma do Termo de

Ajustamento de Gestão (TAG), assinado pelo prefeito do município, Ivanildo Macedo, no dia 19 de dezembro, com o conselheiro-substituto Francisco Evânildo de Carvalho, comprometendo-se a solucionar irregularidades encontradas na rede pública de ensino.

Na próxima etapa haverá o encaminhamento, por parte da prefeitura, do primeiro relatório concernente a quatro itens do TAG. Caberá à Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços do TCE, cujo diretor é Antônio Álvaro de Carvalho, fazer inspeções in loco seguindo o

cronograma estabelecido, sendo que a primeira ocorre em 20 de março.

• Comissão

A comissão formada é composta por três analistas de controle externo do TCE: Ozório Florêncio de Carvalho Santos Lima, coordenador provisório de engenharia; Gustavo Nunes Rocha, engenheiro civil; e Renata Santos Lima, assessora jurídica de engenharia; além de dois membros da prefeitura: Rildo Santos Carvalho, da Secretaria de Obras; e Edson Soares, secretário de Educação; e outros dois represen-

tantes da Sociedade Civil: Edson Santos Rosa, representante dos pais de alunos; e Byron Pereira, do Conselho Municipal de Educação.

• Prefeitura

O Correio de Sergipe entrou em contato com o município através de e-mail – com tempo suficiente – para que se pronunciasse sobre os dois assuntos, mas recebeu a resposta do assessor da Prefeitura Márcio que não havia tempo hábil para responder aos questionamentos e que o prefeito não se encontrava no município.